

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CHEQUE E NOTA PROMISSÓRIA

IMÓVEL — REINTEGRAÇÃO DE POSSE - HIPOTECA JUNTO À CEF - PERDAS E DANOS -
LIMINAR - ART. 920/CPC

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE , brasileira, separada judicialmente, auxiliar de enfermagem, portadora da Cédula de Identidade RG nº e CPF/MF nº residente e domiciliada na rua , nº , bairro , CEP , nesta capital, por seu advogado infra assinado, com escritório situado nesta Capital, a rua , nº conj. , onde recebe intimações e avisos, vem a presença de V. Ex^a., com fulcro no art. 926 do Código de Processo Civil, promover a presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CC. PERDAS E DANOS, COM PEDIDO LIMINAR, observando-se o procedimento especial previsto nos arts. 920 e seguintes do Código de Processo Civil, em face de (primeiro réu), portador da Cédula de Identidade nº e CPF/MF nº e seu filho, (segundo réu), de qualificação ignorada, ambos podendo ser encontrados no local do esbulho sito a Rua nº , CEP , Bairro na cidade de , pelos motivos de fato e de direito que a seguir expõe: 1. Em de de , com firmas reconhecidas nessa mesma data, o Suplicado, , no estado civil de solteiro, vendeu através de Compromisso Particular de Compra e Venda a , o imóvel sito a rua nº , cujas características e confrontações encontram-se devidamente delineadas conforme se observam na matrícula nº , de acordo com registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição desta capital. 2. Referido imóvel, já à época, estava com hipoteca gravada perante a Caixa Econômica Federal, em virtude de financiamento habitacional concedido para sua aquisição, conforme , de acordo com a matrícula imobiliária, em anexo. 3. Em de de , também através de Contrato de Compromisso Particular de Compra e Venda, vendeu referido imóvel à , esta da mesma forma sub-rogando-se nos direitos e obrigações perante a Caixa Econômica Federal, face a vigência do aludido financiamento habitacional. 4. Em ... de de , através de Contrato de Compromisso Particular de Compra e Venda, , vendeu o imóvel supra à , à época marido da Suplicante, que assumiu os direitos e obrigações decorrentes da dívida existente pelo financiamento habitacional junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme já aduzido. 5. Importa ainda ressaltar que o Sistema financeiro de Habitacional não permite a outorga de procuração em causa própria para transferência de financiamentos habitacionais. Dessa forma, o primeiro réu , outorgou à , irmã da Autora, procuração com poderes específicos junto a Caixa Econômica Federal para a outorgada pudesse "abrir, movimentar e liquidar contas correntes, prometer, vender, ceder e dar em hipoteca em qualquer grau o imóvel sito a Rua , nº , nesta cidade, transmitir domínio, direito, ação e posse, responder pela evicção de direito, liquidar dívidas hipotecárias e tributos fiscais que incidam sobre o dito imóvel, ajustar o preço de venda, da cessão, ou o valor da hipoteca, receber, passar recibo e dar quitação total e irrevogável do preço ou valor, assinar e endossar cheques, dar, se necessário, o referido imóvel em garantia hipotecária do mútuo a ser contraído na referida Caixa Econômica, combinar cláusulas e condições, assinando os contratos necessários, inclusive de ratificação em fim, praticar todos os atos necessários ao desempenho deste mandato, podendo substabelecer, comprometendo-se o outorgante a dar tudo por bom, firme e valioso.", conforme instrumento procuratório, e certidão atualizada emitida em .../.../.... , em anexo. 6. Em ... de de , face a Separação judicial, conforme acordo de partilha de bens comuns, em anexo, o imóvel objeto da presente passou a integrar em sua totalidade o rol de bens da Autora, razão pela qual, tem legitimidade para propor a presente. 7. Como prova de posse mansa e pacífica do referido bem, em de de , a Autora em seu nome, assinou instrumento Particular de Contrato de Administração de Imóvel, em anexo, com A partir

de então o imóvel supra foi locado a terceiros, situação que perdurou até fins de, quando houve a rescisão do contrato de locação do imóvel e devolvido à Autora, tendo o mesmo ficado em desocupação até que nova locação fosse realizada. 8. Importa ainda salientar que as prestações do aludido financiamen